

**RESENHA**  
**INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: SUA NATUREZA E FUTURO**

Maria Helena Rocha Antuniassi<sup>1</sup>

**BARROSO, Joao Carlos. Norte Araguaia: Territórios e Conflitos. Belém: NAEA. 2019. 270 p.**

O livro em questão discute a estrutura, a história e os problemas atuais vivenciados pela microrregião Norte do Araguaia<sup>2</sup>. O conteúdo é apresentado em três partes e nove capítulos cujos títulos indicam com clareza os problemas a que se referem:

**Parte I – *Deslocamentos e territorialização no Norte Araguaia***

*1 - Fluxos migratórios do “NORTE” para os varjões do Araguaia - João Carlos Barroso (coordenador do NERU/UFMT),*

Diante do avanço das empresas agropecuárias, muitos pequenos agricultores, optaram pela migração evitando assim a proletarização, o norte Araguaia faz parte das regiões que receberam essas populações, que atualmente são novamente pressionadas pela expansão da soja, fazendo com que a história dessas populações seja sempre de expropriações e recomeços. Com muita propriedade o autor pergunta “Até quando?” (pág. 47)

*2 - O processo de esbulho territorial, silenciamento e a luta pelo reconhecimento étnico dos Kanela do Araguaia e aldeia Tapiraka em Santa Terezinha, Mato Grosso - Paulo Sergio Delgado (antropólogo) e Juliana Cristina da Rosa (historiadora) NERU/UFMT*

Este texto se refere ao violento processo de expulsão de grupos indígenas do sul do Maranhão em direção às terras do Araguaia Mato-Grossense, como parte da história de grupos que, a partir do início deste século, buscam reconhecimento étnico e direitos de território.

*3 - A problemática da desterritorialização do pequeno produtor na microrregião Norte Araguaia mato-grossense Beatriz dos Santos de Oliveira Feitosa (historiadora) NERU/UFMT*

Com base em uma criteriosa análise bibliográfica e de documentação, a autora discute o papel ‘desterritorializador’ do Estado e seus reflexos na constituição da história de diversos municípios da região em questão. Analisa o documento da EMBRAPA (2014) sete teses sobre o mundo rural brasileiro, ressaltando suas contradições.

---

<sup>1</sup> NAP-CERU/USP

<sup>2</sup> Microrregião do Norte Araguaia - 14 municípios – População de 132;443 hab .Área – 82;042;918 KM2 (<https://www.cidade-brasil.com.br/microrregiao-do-norte-araguaia.html> )

**Parte II – O conflito de *Marãiwtsédé*,**

1 - *Apropriação da terra indígena de Marãiwtsédé* Armando Wilson Tafner Junior (doutor em Desenvolvimento Socioambiental) e Fabio Carlos da Silva (NAEA/UFPA)

O texto analisa a chegada do capital às terras Xavante, mostrando que o processo de ocupação pode ser entendido como um patrocínio do poder público aos grandes grupos econômicos. “Nos projetos aprovados pela SUDAM destinados ao Pará e a Mato Grosso pode-se constatar que o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) emitiram certidões atestando que não havia índios e posseiros nos locais de execução dos projetos” (pág. 101)

2 - *A luta pela terra posseiros do posto da MATA: do sonho da terra ao pesadelo da desintrusão. (1916-2015)* Elioni Barros dos Santos

O texto, fartamente ilustrado com fotos (algumas do arquivo pessoal da autora), tem por base uma pesquisa qualitativa que reúne, uma série de depoimentos descrevendo o movimento de resistência e a luta inglória dos posseiros do posto da Mata, para permanecer nas terras ocupadas. “Assim pouco a pouco os posseiros foram deixando a área levando o que podiam retirar, porém muita coisa ficou para trás...”

3 - *O processo histórico de renitente esbulho dos Xavantes da TI Marãiwtsédé, e sua relação com a tese do marco Temporal: Juliana Cristina da Rosa (historiadora) e Paulo Sergio Degadoe (antropólogo)* NERU/UFMT

Este texto mostra como a narrativa histórica é capaz de fornecer elementos analíticos para contextualizar a luta pela terra de *Marãiwtsédé*, desde a remoção dos Xavantes em 1966 até a remoção dos posseiros em fins de 2012, a partir de elementos empíricos que permitem problematizar o conceito jurídico de renitente esbulho e a tese do Marco Temporal.

**Parte III – Trabalho, Assentamentos Rurais e Agricultura familiar**

1 - *Avanço do capital e suas implicações nas relações de trabalho rural na microrregião do Norte Araguaia Mato-grossense* - Beatriz dos Santos de Oliveira Feitosa(historiadora)NERU/UFMT e Rogerio Rego Miranda (geógrafo) UNIFESSPA/Campus de Marabá)

Para refletir sobre o avanço do capital e suas implicações nas relações de trabalho rural na microrregião estudada os autores se apoiam na teoria marxista e reflexões de autores contemporâneos, como HAESBAERT e DAVID HARVEY, o que revela e ressalta a continuidade das reflexões e narrativas de um artigo a outro na composição do conteúdo do livro.

2 - *A produção de leite por agricultores familiares frente a expansão da produção de grãos no município de Canabrava do Norte, Mato Grosso e sua relação com a economia*

*local* - Luiz Antônio Barbosa Soares(historiador) e Jhony Neves de Souza (sociólogo) UNEMAT.

O artigo em questão discute a constituição histórica do espaço regional sobretudo do município de Canabrava do Norte tendo em vista os assentamentos rurais<sup>3</sup> e a consequente luta que se estabelece na região visando a obtenção da regularização fundiária e permanência na terra dos agricultores familiares assentados ressaltando as ações do INCRA e do PRONAF na dinâmica desta constituição. Nesses primeiros anos do século XXI, a região vem sendo impactada pela penetração da produção de soja e milho pelo agronegócio. Segundo os autores, a partir dos dados sobre o município de Canabrava do Norte, constata-se que *“o aumento da produção da agricultura mecanizada de soja e milho não provocou a redução das culturas de arroz, feijão e mandioca praticada pelos agricultores familiares hipótese levantada inicialmente pelos autores do projeto.”* (p. 234)

3 - *A luta pela terra nos projetos de assentamento do INCRA de Vila Rica-MT (1980-2010)* - Maria do Rosário Soares Lima (historiadora) UNEMAT.

Tendo por base dados estatísticos do INCRA, fontes documentais e depoimentos orais, a autora discute a luta pela terra nos assentamentos ali localizados, em número de oito, ressaltando as ações do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Vila Rica que fez a mediação entre os assentados e o Poder Público.

### **Considerações gerais**

Ao longo dos nove capítulos, os autores registram a história da região desde a ocupação pelos povos indígenas e sua desterritorialização; fluxos migratórios de lavradores, sobretudo maranhenses, paraenses e goianos, a partir de 1920, passando pela atuação da SUDAM nos anos 60, até a atualidade, com a expansão da soja gerando concentração fundiária e os consequentes impactos socioeconômicos e ambientais. Com base em entrevistas e levantamento de dados estatísticos de diferentes órgãos governamentais, os autores mostram como tais processos impactam de forma diversa os vários municípios que compõem a micro região.

Trata-se de uma obra de grande interesse para os historiadores e demais cientistas sociais que estudam a configuração atual da região do Araguaia; resultante da penetração do capitalismo, desde a primeira metade do século vinte; tendo em vista fatores diversos como a apropriação de terras indígenas, os movimentos de lutas, resistência e expulsão de posseiros e os assentamentos rurais nos projetos do INCRA.

---

2 – Assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais, visando o reordenamento do uso da terra; ou a busca de novos padrões sociais na organização do processo de produção agrícola: (a) projetos de colonização; (b) reassentamento de populações atingidas por barragens; (c) planos estaduais de valorização das terras públicas e de regularização possessória; (d) programas de reforma agrária; e (e) criação de reservas extrativistas BERGAMASCO, S.M., NORDER, L.A.C. O que são assentamentos rurais. São Paulo: Brasiliense, 1996. 88p. (Col. Primeiros Passos, 301)

Finalmente, um processo em andamento de reestruturação produtiva comandada pelo agronegócio, com as bênçãos do Estado brasileiro e suas consequências socioeconômicas e ambientais, como desmatamento, desestruturação de grande parte da agricultura familiar, empobrecimento desta população e êxodo rural.